



A INCLUSÃO DO SURDO E DEFICIENTE AUDITIVO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

CELIANA LIMA DA SILVA
KAIO GERMANO SOUSA DA SILVA
VERA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS
MICHELLE KELLEN RAMOS BRITO JARDIM
SIARLA DANIELLE ANDRADE SOUSA
JEANE EVANGELISTA ALVES MIRANDA
LARISSA RAYANE EULÁLIO DE ARAÚJO



EDITORA ACADEMIC
LIVROS E MATERIAL DIDÁTICO

CELIANA LIMA DA SILVA
KAIO GERMANO SOUSA DA SILVA
VERA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS
MICHELLE KELLEN RAMOS BRITO JARDIM
SIARLA DANIELLE ANDRADE SOUSA
JEANE EVANGELISTA ALVES MIRANDA
LARISSA RAYANE EULÁLIO DE ARAÚJO

A INCLUSÃO DO SURDO E DEFICIENTE AUDITIVO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

DOI: <https://doi.org/10.58871/2025.deficienteauditivo.ed1>

ISBN: 978-65-83124-14-2

1ª Edição

EDITORA ACADEMIC

Campo Alegre de Lourdes – Bahia, 04 de fevereiro de 2025



Copyright© dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos trabalhos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Revisão e normalização: os autores e autoras.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Inclusão do surdo e deficiente auditivo no âmbito educacional [livro eletrônico] / Celiana Lima da Silva...[et al.]. -- Campo Alegre de Lourdes, BA : Editora Academic, 2025.
PDF

Outros autores: Kaio Germano Sousa da Silva, Vera Lucia Oliveira dos Santos, Michelle Kellen Ramos Brito Jardim, Siarla Danielle Andrade Sousa, Jeane Evangelista Alves Miranda, Larissa Rayane Eulálio de Araújo.

Bibliografia.

ISBN 978-65-83124-14-2

1. Educação inclusiva 2. Inclusão escolar
3. Pessoas com deficiência auditiva - Educação
4. Surdos - Educação I. Silva, Celiana Lima da. II. Silva, Kaio Germano Sousa da. III. Santos, Vera Lucia Oliveira dos. IV. Jardim, Michelle Kellen Ramos Brito. V. Sousa, Siarla Danielle Andrade. VI. Miranda, Jeane Evangelista Alves. VII. Araújo, Larissa Rayane Eulálio de.

25-252211

CDD-371.912

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas com deficiência auditiva : Educação
371.912

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



LISTA DE SIGLAS

L1 - LÍNGUA 1

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

PBE - PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

SCIELO - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE

ERIC - EDUCATION RESOURCES INFORMATION CENTER

INES - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO SURDO

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

PCNs - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho externou sobre a inclusão do Surdo e deficiente auditivo no âmbito educacional, caracterizado a dinâmica dela e sua importância no processo de ensino e aprendizagem, traz como temática: Nessa perspectiva, discutir de forma geral, a inclusão como garantia de direitos, afim de melhorar a qualidade de vida de indivíduos com deficiência auditiva ou portador de Surdez o ensino da Libras tem como objetivo central reparar as necessidades deste público Surdo de forma individual e coletivo em sua interação, tornando-a mais acessível, fazendo com que a sociedade em forma geral possa apreender e se torne bilíngue e surdez passe a ser percebida não como forma de deficiência mas sim uma cultura (LUZ, 2013).

Como problema tem-se: “Como acontece a inclusão do Surdo e deficiente auditivo no âmbito educacional”? Onde teremos como objetivo deste trabalho, Objetivo geral: Compreender a dinâmica da inclusão do deficiente auditivo no âmbito educacional e teve como objetivos específicos: Descrever a importância da família e escola no processo de ensino do aluno com deficiência auditiva, mostrar a importância da Libras como segunda língua oficial na vida do surdo e do deficiente auditivo, conceituar o termo audição e entender a deficiência auditiva e entender o processo inclusivo e quais os obstáculos surgem na implementação da inclusão na vida desses alunos.

Como metodologia, o estudo trata-se de uma revisão Narrativa da literatura, como principal finalidade de reunir de forma sistemática os resultados de pesquisas sobre um tema ou questão específica de uma ordem acadêmica, contribuindo e incorporando fatos e evidências científicas do tema discutido, a revisão é de grande importância e multidisciplinar a qualquer profissional, principalmente os da área de Libras e educação inclusiva, inclusão com abrangência de Sasaki e outros pesquisadores pioneiros do tema inclusão do Surdo, para que os mesmos tomem decisões para melhorar a prática com base em evidências (BRAGA, 2013).

Mediante o estudo, pode-se concluir que, essa pesquisa teve como objetivo responder aos questionamentos supracitados no decorrer de sua construção, assim tendo como base a inclusão do Surdo e deficiente auditivo. Tendo como resultados a comprovação da relevância da importância da inclusão do Surdo e deficiente auditivo, onde tal processo inclusivo, deve-se ter a participação da família e da escola para-se ter um melhor aproveitamento no seu desenvolvimento, e Libras como ferramenta de grande importância na comunicação deste alunos e comunidade a qual estão inseridos



CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A história da Libras no Brasil começa a ter seu início devido o interesse de Dom Pedro II, de querer implementar a educação dos Surdos, isso se deu por seu neto de fato possuir uma deficiência de cunho auditiva, filho da princesa Isabel, Dom Pedro II desejava muito que a criança fosse alfabetizada.

Desta forma viu-se a necessidade de convidar o professor e um dos precursores da Libras na França, o francês Hernest Huet para dar o início da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (HONORA; FRIZANCO, 2009). Hernest era aluno com surdez do instituto de Paris e criador da Língua Francesa de Sinais e do alfabeto manual francês para surdos.

Ao chegar ao Brasil, Hernest se deparou com o ensino e a estrutura educacional muito precária, o mesmo viu a necessidade de solicitar ao então imperador Dom Pedro II, um prédio para criar na data de 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do estado do Rio de Janeiro, onde hoje atualmente é Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES” (HONORA, 2009, p. 27).

Contudo em 1911, devido ao Congresso Nacional dos Surdos-Mudos de Milão, a metodologia de ensino passou a ser o oralismo puro como linguagem primário e a de sinais passou a ser secundária, tendo como argumentação que a criança teria uma acomodação em aprender somente a linguagem de sinais, com isso a libras passou a ser uma subcultura (SALLES, 2004, p. 56).

Neste sentido de luta e ao mesmo tempo de preconceito, os direitos do surdo no âmbito educacional não se deixou desanimar, as lutas pelos direitos desse grupo começaram a ganhar, mais força, onde em 1923 foi fundada uma escola de cunho privada no estado de São Paulo, só que foi destinada somente para o público feminino, escola essa denominada, de Instituto Santa Terezinha, com outras conquistas ou sendo, mas específico, escola para atender a demanda e alfabetizar as pessoas com surdez. Foi uma escola em Vitória Espírito Santo datada em 1957(FELIPE, apud NOVAES, 2014).

Atualmente existem arquivos de escolas municipais para atender os Surdos, como a Escola Hellen Keller em Caxias do Sul e a Escola Anne Sullivan em São Caetano do Sul. Escolas essas que tem como objetivo a Libras como aquisição em forma de inclusão e disciplina em seu currículo com finalidade de melhorar o aprendizado, com uma metodologia objetivada



e adequada com abrangência da Língua Portuguesa e a Língua de Sinais Brasileira (FELIPE, apud NOVAES, 2014). Na data de 24 de abril de 2002, o então Fernando Henrique Cardoso sancionou a LIBRAS como segunda língua oficial do Brasil, decretada pela Lei 10.436 (BRASIL. Lei 10.436, 2002).

1.1 Leis e Direitos do Surdo e Deficientes Auditivos.

A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais é um tema de extrema importância e a cada dia ganha mais espaço em diálogos e discussões que deixam claro a necessidade de as escolas atenderem às singularidades contidas no interior do ser humano. Documentos como a declaração de Salamanca firmada na Espanha em 1994, afirma que todas as crianças devem ser acolhidas pela escola, independentemente de suas condições, sociais, físicas, emocionais ou intelectuais. Para que se construa uma sociedade inclusiva é preciso uma transformação no modo de pensar das pessoas e uma nova estruturação da sociedade, o que exige tempo e trabalho de conscientização.

Deste modo em uma análise detalhada das conquistas no âmbito da inclusão e no âmbito em garantia de direitos, para indivíduos Surdos ou com deficiência auditiva, as leis que regem o Brasil asseguram esses indivíduos como cidadãos e membro civil desta sociedade o total direito de usufruir destes, seja elas no âmbito educacional ou em seu convívio social.

A exemplo tem - se a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que vem garantir a inclusão de cuidadores em escola em auxílio aos alunos que somatiza alguma deficiência seja elas de cunho auditivo ou não, desta forma garantir que o aluno não tenha obstáculos em seu processo de ensino e aprendizagem, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em suas atribuições legais:

Art. 1º O art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 58.....

§ 4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

§ 5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária. § 6º O cuidador escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados (Brasil, 2019)

Em discursão a lei vem garantir a presença de um cuidador nas escolas, em auxiliar o processo de ensino deste aluno, e é de grande importância que o cuidador seja treinando nas

especificidades da deficiência de cada aluno e que o mesmo tenha noção e conhecimento desta, em partida ter uma forma de garantir um ensino de qualidade e sem traumas a estes alunos com comorbidades seja ela de cunho auditiva, física, mental e entres outras.

Trazendo na perspectiva de aluno Surdo ou com Surdez, em trajetória de conquistas foi baseada em sofrimento, detalhada nas literaturas, marcadas por morte, obrigação a falar e até mesmo de sacrifícios, até chegar as conquistas de grande relevância em garantir um padrão social a esses indivíduos. No Brasil existe leis que garantem uma igualdade parcial, em facilitar seu processo de ensino e convívio social, em exemplo o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, garante em suas atribuições legais, tanto para o deficiente auditivo como para Surdo, amparo tanto nos aspectos educacional, saúde e até mesmo social.

Tal lei garante ainda a presença de um intérprete de Libras em salas de aulas, para auxiliar no processo de formação e alfabetização do aluno Surdo ou deficiente auditivo, já que alfabetização na Libras se dá com presença de um intérprete, já que Libras é L1 ensinada por ele e português L2 ensinada pelo professor. Ambas têm sua importância na vida destes alunos tanto para conhecimento como usual do cotidiano.

O decreto ainda garante que o intérprete e professor deve ser capacitados e ter uma formação continuada semestralmente, para proporcionar um melhor aprendizado para estes alunos, e desta forma tentar minimizar os traumas e capacitar estas pessoas que convivem com alguma deficiência especificada a Surdez sociedade e uma futura formação. Investir na formação continuada de profissionais habilita uma expansão da inclusão destes alunos, e os ganhos devem ser valorizados acima de tudo.

Trazendo para trajetória histórica a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e demais tipo de deficiências, o direito ao acesso de pessoas com alguma deficiência no Ensino Regular é amparado por lei para garantir tal direito, respaldado pela Constituição de 1988 e claro pela LDB de 1996, nesta perspectiva não se pode excluir nenhuma pessoa por ser diferente. A legislação vigente e presente caracteriza a oferta de suporte adequado ao atendimento de cunho especializado às pessoas com deficiência.

No Art. 22, do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, as instituições federais de ensino, que são responsáveis pela Educação Básica, devem assegurar a inclusão dos surdos e/ou deficientes auditivos, de forma coordenada:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas

do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

É de suma importância o corpo jurídico assegurar de forma clara os direitos do Surdo, a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência auditiva ou surdez, dessa forma a lei assegura que o surdo frequente as escolas regulares, até como forma de garantir à inclusão e a inserção desse grupo de pessoas à sociedade diversificada.

No contexto da inclusão, para os alunos com deficiência auditiva, há a necessidade de aprendizagem da língua Brasileira de Sinais-Libras, reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/02, que assegura a Libras como sendo o principal meio de comunicação dos surdos, por sua vez, isso fortalece os métodos de conquistas dos movimentos de surdos (Quadros, 2003). Essa lei é um recurso legal que garante e confirma a Libras como umas das línguas usadas pela comunidade surda no Brasil.

Neste sentido a importância da inclusão vem para quebrar tabus, minimizar preconceito, ajudar e melhorar a qualidade de vida de alguns, a inclusão é de grande valia e se faz necessária em todas as esferas, não somente na escola o sistema deve-se orientar que inclusão não é somente colocar e disponibilizar cuidadores e ofertar alguma bolsa, ela deve acontecer com objetivo de garantir direitos e ajudar no empoderamento individual e criar meios para independência de todos.

Entretanto, pode ser notado hoje que deve existir uma nova avaliação de currículos, a fim de melhorar a oferta da inclusão, no caso deste estudo a inclusão da Libras que não deve ser ofertada somente na escola que possui aluno com surdez, e sim em todas as escolas deve existir a Libras como disciplina presente em todas as modalidades de ensino, já que a mesma é segunda língua oficial do país.

As leis devem ser, mas ampliadas a fim de melhorar o acesso de todos aqueles que precisam, haja vista que muitos Surdos e deficiente auditivos deixam de frequentar a escola por não sentir segurança em sua família e equipe pedagógica, a fiscalização deve ser rígida a fim de garantir a aplicação da lei e fiscalizar as verbas destinadas a essas aplicações. A inclusão também norteia o cuidador e luta de garantir direitos com intuito de melhorar a vida de quem precisa de algo ou alguma coisa.

Nesta perspectiva garantir e buscar a garantia da lei, não beneficia somente o Surdo ou deficiente auditivo, mas sim todos aqueles que fazem parte da vida destes e como também, ajudando na formação de um estado inclusivo e preocupada na garantia de regimentação jurídica, já o país é um estado laico e lutar pelo um Brasil, socialmente respeitoso, sem



preconceito é uma forma de lutar pelo o movimento denominado globalização inclusiva. E por isso um estado sem pré-julgamentos e que coloque seu cidadão com limitação em estado de igualdade, que é o certo, é necessário na formação de uma cultura de amor e sem marginalização.

Enfim, a luta por mais direitos deve ser contínua entre a comunidade surda em prol de melhorias, na área da educação e áreas afins, é imensamente importante, esta luta se embasar nesse sentido de melhorar o sistema, como forma de garantir qualidade de vida e uma valorização da cultura surda, nada está adaptado só está se garantido o que está previsto em lei, há muito o que deve ser feito como por exemplo: libras nos currículos de todos, libras na saúde, segurança, como também ter mais representatividade no sentido cultural.

CAPÍTULO II

CONCEITO DE INCLUSÃO.

Nos últimos anos os princípios que nortearam a educação inclusiva surgiram durante documentos internacionais produzidos em congresso internacionais, onde os mesmos serviram e serve de base na educação neste sentido a inclusão tem como objetivo garantir o direito a educação a todos (Unesco, 1994, Florian 1998).

Nesta perspectiva trazendo a inclusão para o indivíduo com deficiência auditiva, onde o mesmo durante séculos sofreram por diversos povos, quando não eram mortos eram obrigados a falarem, sem sucesso de tais práticas as pessoas com comorbidades auditivas foram obrigados e retirados das escolas e marginalizados culturalmente, e isso se deu ao congresso de Milão que aconteceu no ano de 1880 onde o congresso declarou que a educação oralista era superior a língua gestual na época para os surdos e deficientes auditivos sofreram um extravia no seu progresso de inclui-se na educação.

Mas a cultura surda, que também inclui pessoas com baixa audição, não deixou abater-se, graças a declaração de Salamanca que retificou a declaração de Milão onde a mesma assumiu no ano de 1994 o compromisso de implementar, e de resolver uma solução inclusiva somente para os surdos, mas qualquer indivíduo com deficiência (Unesco 2019).

Ainda em um contexto histórico, mais conceituado de Inclusão, onde o processo inclusivo na educação se define de acordo com diversas literaturas desde a mesma é denominada de um movimento de cunho educacional, social e político, que tem como princípio, garantir e defender os direitos dos indivíduos com deficiência ou não que vem fomentar que todos os indivíduos participem de forma consciente e responsável na sociedade a qual fazem parte, para que tais indivíduos sejam aceitos e respeitados no que os diferenciam dos outros (SILVA, 2018,: et al CLARX, 1999, FELGUIRAS, 1994).

Na perspectiva do real objetivo da inclusão no âmbito educacional vem defender também que os alunos possam em toda sua potencialidade no decorrer dos seus estudos a inclusão ajudará o aluno a aprimorar a competência que lhe permitam a exceção dos seus direitos de cidadão, através de qualidade educacional que foi e vem se adaptando.

Para que a escola consiga com seu progresso de ensino desenvolver cidadãos completo para inclui-los na participação de uma sociedade, com atitudes tolerantes e respeito com os outros cidadãos ela não pode alterar-se. Em caso de aluno com dificuldades em adaptar-se com as escolas devem procurar a mudar a sua metodologia curricular ou física para que os mesmos se sintam acolhidos.



A inclusão vem proporcionar e nortear tanto a escola, família aluno para que o aluno cresça capaz de tomar suas decisões (CLARK et al, 1997; CLARK, DYSON, MILLWARD, e ROBSON, 1999; CORREIA,1999; FISCHER, e FREI, 2002), a Inclusão se torna mais difícil quando a escola ou até mesmo a família não trabalham juntos para garantir o real conceito da inclusão de incluir os indivíduos em seus direitos tornando os mesmos excluídos (Ainscon e Ferreiro,2003; César, 2003, UNESCO, 2003). Como falam Ainscon e Ferreiro sobre a Inclusão e a exclusão de alunos:

O não acesso à educação, o acesso a serviços educacionais pobres, a educação em contextos segregados, a discriminação educacional, o fracasso acadêmico, as barreiras para ter acesso aos conteúdos curricular, a à vasão e absentismo constituem algumas das características dos sistemas educacionais no mundo, os quais excluem as crianças de oportunidades educacionais e violam seus direitos de serem sistemática e formalmente educados.

Deste modo, já existe um consenso e reconhecido de que qualquer pessoa que experimenta exclusão educacional encontrará menos oportunidades para participar dos vários segmentos da sociedade assim como o aumento da probabilidade de esta pessoa vivenciar experiências e situações de discriminação, como também problemas financeiros na vida de adulto.

A inclusão enquanto proposta é mudar a resposta educativa, com principal intuito de fornecer uma educação de qualidade, e igualdade a todos os alunos, a mesma conceituada em parágrafo supracitado acima tem sido vista como meio de exclusão educacional pois o processo inclusivo não acontece em outros meios, sabe-se que só a legislação não garante a inclusão educacional, já que no decorrer da integração, existem algumas barreiras que dificultam o processo de uma educação igualitária a todos (FORLIN, 2010).

Trazendo agora na perspectiva de Rodrigues (2000) pode se notar a concretização de Forlin 2010 citado no parágrafo anterior:

A educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos.

A educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, define um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (p. 10).

Esta diferença de conceito entre integração e inclusão surge para ser feita nas mudanças de linguagem a generalização da palavra Inclusão para que as mesmas sejam acompanhadas nas mudanças práticas, concepções e valores. A Inclusão norteia em quatro eixos

fundamentais. “[...] (1) é um direito fundamental, 2 obriga a repensar a diferença e a diversidade, 3 implica repensar a escola (e o sistema educativo) e 4 pode constituir um vínculo de transformação da sociedade”.

Deste modo a inclusão vem trazer sua importância, tanto no seu aspecto social, emocional e garantia de direitos, pois a mesma é uma forma de proporcionar aquilo que é necessário ao convívio do indivíduo que possuem necessidades ou não, a fim de proporcionar qualidade de vida, ela também vem - se tornar uma ferramenta de grande valia no processo de ensino e aprendizagem tanto no aspecto alfabetizador e como pisco motor.

No contexto do Surdo e deficiente auditivo, a importância de garantir o intérprete de Libras ou cuidador no meio educacional, é de grande importância no seu processo de ensino e aprendizagem, e com a relevância de lutar por mais direitos deve ser continua entre a comunidade Surda em prol de melhorias, na área da educação e áreas afins.

Imensamente importante, esta luta se embasar nesse sentido de melhorar o sistema, como forma de garantir qualidade de vida e uma valorização da cultura Surda, nada está adaptado só está se garantido o que já é previsto em lei, a muito que ainda deve ser feito como, Libras nos currículos de todos, Libras na saúde, segurança e ter mais representatividade no sentido cultural.

Com isso o conceito de Inclusão vai variar de acordo com a individualidade de cada indivíduo, mais igual e universal a todos. O processo inclusivo prevista em lei, não deve ser vista somente como garantia de direitos e sim como prática em um cotidiano escolar para que a mesma seja aproveitada neste contexto, familiar, social e político, neste sentido a escola não deve ser somente lei e sim vivenciada dia-dia.

2.1 Relação do Surdo e Deficiente Auditivo Durante a Aula.

Trabalhar em sala de aula diversificadas cultural e linguisticamente pode representar desafios para os pesquisadores monolíngues que desejam obter perspectivas para as crianças. Quando existem limites linguísticos, uma abordagem recomendada é trabalhar com um intérprete. No entanto, pouco é relatado sobre a eficácia desta abordagem.

Por exemplo, como a presença do intérprete facilita a conversação e quais condições interacionais ajudam a fluir as conversas? As descobertas mostram que, pode melhorar a representação e a participação em pesquisas para crianças de diversas comunidades.

Desta forma o processo de alfabetização dos alunos surdos e de alunos com alguma deficiência auditiva é algo que vem sendo discutido em inúmeras reuniões, encontros,

congressos e escolas para que o mesmo possa ter uma funcionalidade de inclusão para os estudantes com surdez.

Tais discussões, podem promover uma expansão do assunto, com intuito de se fomentar estratégias a fim de melhorar a alfabetização desse indivíduo, isso não depende somente da escola e famílias, mas sim também da pessoa com Surdo ou deficiente do aceitar e ter acessos os parâmetros que são pertinentes a ele, com isso o processo de alfabetização deve ter um trabalho em conjunto com todos os âmbitos que o aluno vive, de um modo facilitador deste processo.

Para que o processo de alfabetizar uma criança com surdez seja eficaz, é necessário primeiramente alfabetizá-lo em sua língua para depois adquirir outro idioma, desta forma uma aprendizagem significativa de ingressar indivíduos com impedimento auditivo em um contexto social. Isso abrange todos os aspectos: educacional, social, familiar e profissional, na qual se tornam um dos maiores desafios abordados na educação inclusiva.

Um aluno com problemas auditivos pode interagir e participar juntamente com os demais educandos nas atividades da sala de aula regular, fazendo uso dos dois idiomas principais do Brasil, a LIBRAS (como L1) e o português escrito (como L2). Desde que o educador possa inclui-lo em todas as atividades de ensino aprendizagem, sem haver separação de ouvintes e surdos, possibilitando aos alunos a percepção em distinguir a relação da língua falada e escrita como fonte de interação e comunicação entre as pessoas.

Trazendo para o bilinguismo inaugura-se um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua de sinais sobre a Língua Portuguesa [...] Santana (2007, p166)

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe tornar acessível às crianças surdas duas línguas no contexto escolar. Respeitando-se a cultura própria da comunidade surda, fazendo com que o surdo se reconheça como parte desta, mas não isolando estes cultural e socialmente, permitindo o acesso à cultura da comunidade ouvinte.

As duas primeiras fases constituem grande parte da história da educação dos surdos no Brasil. Ainda hoje estão sendo desenvolvidos o oralismo e o bimodalismo nas escolas brasileiras; porém, há algo que está aflorando nas comunidades de surdos e este tem afetado os educadores de surdos. As comunidades surdas estão despertando e percebendo que foram muito prejudicadas com as propostas de ensino desenvolvidas até então, e estão percebendo a importância e valor de sua língua, isto é, a Libras.

Além desse despertar, os profissionais da área da surdez estão tendo acesso a informações que são resultados de pesquisas e estudos sobre as línguas de sinais, possibilitando assim uma retomada dos conceitos estruturados de surdez e Língua de Sinais. Assim, a

educação de surdos no Brasil está entrando em uma terceira fase, que caracteriza um período de transição. Os estudos estão apontando na direção de uma proposta educacional bilíngue (QUADROS, 1997, p.26)

As atuais políticas inclusivas garantem a educação especial, em escolas regulares, fornecendo instrumentos necessários e adequando o ambiente, bem como, o corpo docente, para melhor atender a todos. Em relação aos alunos surdos pode-se afirmar que o maior aliado para a inclusão escolar é a presença do intérprete de Libras.

As políticas têm uma finalidade de colocar estratégias no ponto de alfabetização do aluno com deficiência ou surdez, cabe a escola e a família estarem atentos a esse processo, para que o mesmo seja satisfatório na vida e no processo de ensino e desenvolvimento, e quando estes pilares não têm interesse em permitir o processo o aluno tende a desanimar, atrasando-se e perdendo toda a sua vida escolar e isso deve se extinguir a fim de proporcionar um ensino inclusiva.

Os espaços inclusivos têm o objetivo de diminuir a discriminação com pessoas que possuem limitações, as escolas devem oferecer apoio para que esse aluno se sinta segura no seu espaço de ensino, os espaços educativos devem existir profissionais que possuem formação na área específica da deficiência destes alunos, para os ambientes torne inclusivo e respeito com as debilitações destes indivíduos.

Em alunos com Surdez ou deficiente auditivo, deve investir em formação de continuado para todos os profissionais para melhor atender estes indivíduos, um curso para os colegas, apoio pedagógico para os pais, em auxiliar na quebra de alguns tabus que possam impedir no processo de ensino e aprendizado destes alunos, informativos em auxiliar a locomoção deste e por fim, intérpretes e cuidadores com a finalidade de complementar a vida dos alunos.

No nosso país a realidade é bem diferente, o intérprete ainda não tem o apoio devido no âmbito escolar, para lidar com os desafios encontrados com o discente surdo. Este não deve trabalhar sozinho, precisa-se primeiramente do apoio da família, e de toda comunidade escolar. Há todo um trabalho que é realizado com os alunos surdos e o intérprete é quem tem a função de ligar todos os pontos e utilizar o conhecimento que o aluno surdo adquiriu em sua língua natural e em Língua Portuguesa, para que ele entenda os conteúdos que estão sendo ministrados.

A partir da análise deste recorte da história, é inegável que ocorreram avanços, porém, percebe-se também o quanto foi difícil a conquista por direitos que já deveriam ser garantidos a todos os cidadãos desde seu nascimento. Entretanto, o mais importante agora é conceder o acesso, a oportunidade, a educação e a cultura para que os deficientes, em especial os surdos,

foco do presente trabalho, sejam autores de suas próprias histórias, possuindo a chance de exteriorizar o que pensam e juntar armas necessárias para lutar pelos direitos que possuem. É através da Língua de Sinais que se comunicam sem limites e formam os valores característicos de sua condição de surdos, dando corpo a sua cultura e a sua história

Embora muitos pensem que o oralismo é uma forma eficaz e que pode trazer algum benefício ou um avanço para o surdo, esse método, por não possibilitar que o surdo desenvolva a linguagem de forma natural, não é totalmente adequado. Conforme Quadros o oralismo sempre foi e continua sendo uma experiência que apresenta resultados nada atraentes para o desenvolvimento da linguagem e da comunidade dos surdos (QUADROS, 1997, p.22). Nestes moldes, a proposta oralista simplesmente desconsidera as questões relacionadas à cultura e à sociedade surda. Sem poder se expressar da maneira natural, os surdos sentem-se apátridas, deslocados e em constante conflito com a realidade que os circunda.

Sintetizando, de acordo Dalcin (2009) a Língua de Sinais não é apenas um meio de comunicação, é um conjunto de conhecimentos culturais, um símbolo de identidade social, da história e dos valores e costumes dos surdos. A formação de identidade ou descobrimento da mesma vem como ferramenta de valorização da cultura Surda, e essas descobertas, desperta para o indivíduo o gostar e sentir capaz suficiente em buscar seu empoderamento, mesmo sofrendo alguns obstáculos na sua inclusão. A escola vem para ajudar nesta superação destes obstáculos, e um papel deste âmbito é tão importante nas vidas deles, que muitos se sentem agradecidos com toda a equipe a que ele fez sua inserção.

Portanto o educador como profissional mediador de conhecimentos e transmissor de saberes, valores morais e ideais, deve dispor de uma forma de ensino que possa transmitir confiança para os alunos, fazendo com que estes participem do processo educacional independente de qualquer limitação que seja, sem nenhuma forma de preconceito ou discriminação no meio educacional que está inserido.

Sendo esta a principal tarefa do professor, promover uma sensibilização entre os educandos da turma à respeito dos colegas deficientes para que os estudantes ditos normais possam se relacionar com os colegas de forma respeitosa e acolhedora, sendo o ensino produzido de maneira democrática em sala de aula.

Não existe método único, ou combinação única dos métodos, que possa ensinar a ler a todas as crianças com sucesso. Por isso, os professores devem desenvolver um profundo conhecimento de múltiplos métodos para ensinar a ler e um profundo conhecimento das crianças sob seu cuidado, para que possam criar o equilíbrio apropriado dos métodos requeridos pelas crianças a quem ensinam. (KLEIMAN, 2005, p.11).

Nessa perspectiva, discutir de forma geral, o convívio social da pessoa surda, no intuito de anseio da pesquisa central reparar as necessidades deste público surdo de forma individual e coletivo em sua interação, tornando-a mais acessível, fazendo com que a sociedade em forma geral possa apreender e se torne bilíngue e surdez passe a ser e percebida não como forma de deficiência, mas sim uma cultura (LUZ, 2013).

2.2 Relacionamento dos Surdos e Deficiente Auditivo na Comunidade Escolar.

Já que é de conhecimento de todos que o processo de ensino e alfabetização do surdo ou com dificuldades no seu aparelho auditivo, acontece com o professor e a presença de um intérprete de Libras em sala de aula ou cuidador, onde os mesmos estarão trabalhando em consonância para que o surdo possa se alfabetizar em Libras e em Língua portuguesa, segundo Dantas (2018) as metodologias de ensino estão se tornando muito tradicional e não acompanhando os avanços da tecnologia no âmbito educacional.

As importâncias de surgir novas metodologias devem se alinhar a prática do professor, implementar a Libras como disciplinas vem tendo uma grande discussão, pois a mesma ainda sofre problemas na sua inserção, como segunda língua oficial a mesma sofre preconceitos e poucos ainda não percebem a sua relevância tanto para o Surdo como também para o ouvinte. Outra discussão é a divulgação da cultura Surda e suas importâncias dela na vida não so do Surdo, mas também daqueles que a rodeia.

O aprendizado das crianças com deficiência auditiva, deve ocorrer por meio de uma língua visual-espacial, ou seja, no nosso caso por meio da Libras (Quadros, 2004). As crianças com comorbidades auditivas, vão à escola sem conhecimento da Libras; por isso, a escola deve ficar atenta aos programas que permitam o acesso à Língua Brasileira de Sinais. Segundo QUADROS (2004), o currículo escolar no Ensino Fundamental deveria ter uma metodologia visual-espacial, para que a criança surda pudesse obter todos os conteúdos escolares na sua própria língua, que desde o princípio deveria ser a Língua Brasileira de Sinais- (Libras).

A aprendizagem ocorre por meio de um intérprete, que traduz os conteúdos transmitidos pelo professor (LIBÂNEO, 1994). O papel de ambos é realizar a inclusão do aluno surdo. (SANTOS, FESTA, 2014). Mas é importante notar que somente a presença do intérprete na sala de aula não significa que garantirá a inclusão. É preciso a atuação de ambos os profissionais- professor e intérprete - na garantia da inclusão do aluno surdo (OLIVEIRA, 2012). A escola fica responsável por adquirir os materiais necessários para que o processo de inclusão seja feito. (SANTOS; FESTA, 2014).

Diferente das crianças ouvintes, as crianças surdas às vezes não conseguem ter o domínio da sua língua, assim a escola deve dar atenção a criação de um ambiente em que elas aprendam primeiramente a Língua de Sinais e depois o português (DELGADO; CAVALCANTE, 2011). Independentemente da situação de cada criança, se elas já têm contato com a Libras ou não, a escola deve criar condições para a prática e o exercício da Libras (QUADROS, 2003).

Deste modo levando em conta a construção do saber e a responsabilidade da formação de um indivíduo independente totalmente capaz de traçar suas metas, a Escola entra como instrumento importante oferecendo o suporte necessário. Espera-se que o Currículo e Didática apresentados na educação dos surdos, revelem consideração pela cultura surda e contribuam para o processo ensino- aprendizagem de real qualidade.

Trazendo para as políticas, infelizmente, a política educacional de surdos no Brasil, que visa garantir que alunos surdos concluam a educação básica em situação de igualdade com alunos ouvintes e falantes do Português, não funcionam inteiramente na prática. Ainda se tem relatos da não aceitação dos profissionais da educação que desconhecem seu papel de atuação no ensino do aluno surdo. E isso segue adiante até que se encontre um indivíduo conhecedor dos seus direitos legais como aluno e que coloca a sua educação e formação à frente das barreiras

Triste saber que muitas escolas ainda não estão preparadas para ajudar na educação da criança surda, pois não possuem pessoas capacitadas para transmitir a LIBRAS, ou seja, não possuem intérpretes (DELGADO, CAVALCANTE, 2011). Sem essas condições na escola, as dificuldades para a criança surda aprender o português vão continuar (XAVIER; VIOTTI, 2011).

Sendo assim para que se construa uma identidade e conquiste seu espaço, inserindo-se na sociedade, a pessoa surda precisa ter contato com outras pessoas surdas. A cultura surda é a identidade cultural dos surdos, pois inseridos nesse meio, eles se sentem seguros e acolhidos, sendo possível a comunicação semelhante a eles.

É possível saber a importância da maneira como a pessoa se vê na sociedade reconhecendo as vantagens que isso traz. A partir do encontro de si, o indivíduo buscara locais e grupos onde compartilham-se das mesmas vivências ou experiências semelhantes.

A importância do intérprete ou cuidador em ajudar o professor no processo de ensino e alfabetização é de suma importância, pois trabalha diretamente dando a importância da língua portuguesa como L2 e outro com Libras como L1, mas cabe a eles trabalhar juntos em oferecer



esse feedback, para que o aluno possa aproveitar tal processo e sentir capaz e seguro em suas referências.

As escolas no Brasil historicamente têm excluído os surdos, oferecendo apenas a aquisição da linguagem oral e escrita nas salas de ensino regular. Com o passar do tempo essa realidade foi mudando em vários aspectos. A LIBRAS foi conquistando seu espaço dentro dessa inclusão. O desafio que se enfrenta na atualidade é transformar a escola de todos para todos numa instituição igualitária, renovando suas práticas educativas para atender à realidade dos desafios que chegam à sociedade, na formação de um cidadão pleno de seu compromisso (SILVA; PEREIRA, 2003; DAMÁZIO, 2007; SÃO PAULO, 2007)

Diferentemente do que muitas pessoas ainda pensam as línguas de sinais, não é apenas uma linguagem, elas constituem-se língua, uma vez que possuem todos os níveis linguísticos e se prestam as mesmas funções das línguas orais. Pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que essas línguas orais expressam ideias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários podem discutir filosofia, literatura, ou política, além de esporte, trabalho, moda e utiliza-lo com funções estéticas para fazer poesias, teatro e humor.

Assim com as diversas línguas de sinais e orais, a LIBRAS possui todos os níveis linguísticos, fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, possui estrutura gramatical própria, sendo adequada para transmitir informações e para ensinar. A LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos, palavras ou itens lexicais que se estrutura por meio de mecanismo fonológico, morfológico, sintático e semântico que apresentam também especialidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotado também de componente pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas das LIBRAS; e de princípios pragmáticos, que permitem a geração de implícitos metafóricos sentidos, ironia e outros significados não literais.

Na contextualização da inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. A luta por direitos até chegar nas leis mais recentes, foi grande e ainda cabe, mas luta em melhorar os espaços educacionais tornando-os inclusivos, no intuito de oferecer uma inserção total com respeito tendo uma objetificação em garantir aquilo que é seus para que futuramente se tenha ganhos positivos e um ensino de qualidade.

A lei nº 10,098 de 2000, prevê que o poder público deve tomar providências no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação

educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais, e isso está longe de acontecer já que os depoimentos de usuários desta lei, esclarece que no seu processo de ensino quando o intérprete faltava em sua escola, o mesmo era obrigado a ir embora, pois a escola não estava preparada para trabalhar sem o auxílio do intérprete, prejudicando a vida estudantil destes aluno.

Com isso voltamos a debater a luta em conquistar por mais direitos, em proporções que alcance todos em sua volta, pois ele precisa de uma junção de pilares em desenvolvimento educativo e social, e sabemos que isso pode ser muito complicado em proporcionar e esses um conhecimento sobre a língua de sinais, e até mesmo as escolar em deficiências estruturais tanto curricular como estrutural.

Entretanto, pode se notar hoje, é que deve existir uma nova avaliação de currículos, a fim de melhorar a oferta da inclusão, no caso deste estudo a inclusão da Libras, onde a mesma não deve ser ofertada somente na escola que possui alunos com surdez, e sim em todas as escolas deve estar a Libras como disciplina presente em todas as modalidades de ensino, já que a mesma é segunda língua oficial do país.

A necessidade de conhecer a dinâmica comportamental do Surdo nos diferentes âmbitos de convívio social, é de suma importância para se montar estratégias de combate à exclusão total destes indivíduos, como combate também do preconceito e meios afins de melhorar a educação e a qualidade de vida da pessoa com surdez, nesse caso é necessário compreendê-la e como essa metodologia deve ser incluída para que o processo de ensino aprendizado seja feita de forma adequado para se ter um melhor aproveitamento e resultados positivos.

Sabe-se que a política da segregação de pessoa com deficiência ocorreu desde o momento da criação das escolas especiais, pois os que apresentavam certo tipo de incapacidade ou limitação, deveria ficar em escola separada. Esse método tornava nula a oportunidade de se alcançar uma Educação Inclusiva propriamente dita. Para a sociedade, a pessoa surda carrega consigo um estereótipo de deficiência, em que os ouvintes buscam a normalização, em incompatibilidade ao conceito da diferença.

E com isso a comunicação entre professores e alunos surdos só ocorre de forma plena quando o primeiro adquire a Libras como L1 ou o segundo adquire o português como L2 (Lacerda, 2000). Quando isso não ocorre, o papel do intérprete é vital na manutenção da comunicação entre ambos (CABRAL; CÓRDULA, 2017). O intérprete vem assumir o papel de mediador e professor em alguns momentos, a sua relevância vem para ser sua principal referencial em sua língua, cabe eles a criar estratégias de fortalecimento e incentivar estes indivíduos a aprenderem.



Portanto o educador como profissional mediador de conhecimentos e transmissor de saberes, valores morais e ideais deve dispor de uma forma de ensino que possa transmitir confiança para os alunos, fazendo com que estes participem do processo educacional independente de qualquer limitação que seja, sem nenhuma reserva de preconceito ou discriminação no meio educacional que está inserido.

Sendo esta uma tarefa primordial do professor, promover uma sensibilização entre os educandos da turma à respeito dos colegas deficientes para que os estudantes ditos normais possam se relacionar com os colegas de forma respeitosa e acolhedora, constituindo se assim um ensino produzido de maneira democrática em sala de aula.

A escola tem uma função de socialização de alunos, e quando este aluno possuem alguma deficiência, a mesma deve estar preparada, para receber e cuidar desde aluno, tanto no aspecto emocional e físico (garantir uma acessibilidade para que o aluno caminhe livremente pelos espaços escolares), já que o processo alfabetizador, deve respeitar a individualidade de cada um, para que esse aluno seja instigado a apreender e sentindo - se seguro no seu ambiente de aprendizado e o professor, colegas e toda a equipe pedagógica tem o papel de proporcionar a este aluno um ensinar divertido e sem sofrimentos.

O aluno com deficiência auditiva ou não, muitas vezes quando chega a escola, vai reprimido ou tímido, por sofrerem alguns tabus em casa ou fora dela, pela ignorância e falta de conhecimento de alguns, a escola vem tentar diminuir estes obstáculos que surgem no processo de alfabetização, claro que a escola precisa da família e ambas devem trabalhar juntos para um melhor resultado no aspecto educacional. A escola deve trabalhar junto com a família para um processo educador com resultados positivos.

A importância das escolas. Aprender e ensinar constituem dois processos que deverão estar no cerne do trabalho que se desenvolve em qualquer escola. As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas, das organizações e das sociedades. É de grande importância que o convívio dos alunos seja o mais amigável possível já que muitos autores falam que quando as salas possuem união facilita o processo de ensino e se torna, mas sustive a criar futuros cidadãos de caráter.

O professor não é mais apenas o responsável por “ensinar” conteúdos, mas o responsável por ajudar o aluno a aprender e isso muda todo o processo, pois se não há aprendizagem, o fracasso é do aluno e do professor. E esse fracasso nem sempre estará relacionado à incompetência do professor, ausência ou deficiência de metodologias e recursos, ou à falta de atenção, indisciplina, “problemas” do aluno. Há um aspecto pouco percebido ou levado em conta por todos, e que pode ser o elemento que está faltando nesse processo e que é



determinante para que ocorra a aprendizagem que se quer, e se consiga o sucesso que se busca: a Afetividade.

É sabido que a pobreza afetiva prejudica o sujeito, principalmente o jovem que, até por conta da impulsividade própria da idade, tende a arriscar-se de forma temerária já que lhe faltam boas e construtivas referências. Ao contrário, se ele conta com referências positivas “e com orientação, ele desenvolve o poder de filtrar as informações que lhe chegam, a partir da tomada de consciência de como agem as pessoas de bom caráter” (NUNES, 2009 p.123).

A pessoa surda precisa de um espaço que contribua para a construção de sua identidade e de sua cultura. Isso se dá através de contato com pessoas surdas, podendo-se adquirir um vocabulário mais extenso que serve para reafirmar sua identidade e através do contato com ouvintes para que seja possível sua inserção na sociedade.

O que muitas vezes dificulta o êxito dessa construção de identidade é a visão da sociedade ouvinte diante da pessoa surda, pois vê-se como uma pessoa impossibilitada de conseguir realizar quaisquer atividades que lhe sejam impostas e por isso são consideradas incapazes de ter autonomia.

Ações como essas restringem os surdos e não lhes permite o direito de ter sua própria identidade. A escola pode ser o trampolim para o início da construção de uma identidade surda, oferecer segurança e acolhimento. Lamentavelmente, os ambientes escolares não executam o ensino da LIBRAS como língua materna. Sendo assim, o surdo ao ser inserido dentro do ambiente escolar, passa a receber um ensino a partir da língua oral e o resultado é a exclusão de sua própria língua.

De acordo com Perlin, (2011, p28) a perspectiva cultural retira o padrão de normalização vigente na teoria tradicional, pois questiona sobre o que é próprio dos surdos e questionam sobre como alguém se constitui superior ao surdo.

Para que haja inclusão é necessário ter como principal característica a aceitação da língua de sinais como a L1, pois é isso que vai possibilitar ao aluno surdo capacidade de expressar-se, trabalhando literatura, artes, política, entre outros temas tão importantes que possam dar a esse indivíduo a ‘voz da independência.

Fica evidente que quanto mais cedo propiciar o contato com a língua, melhor é o desenvolvimento da pessoa surda. É óbvia, por exemplo, a capacidade que a criança tem no início da aquisição da linguagem, pois o sujeito desenvolve a potencialidade e há um processo de maturação da língua de forma natural, cada modalidade do seu jeito, com suas características diferentes, no caso da educação de surdos, com o estímulo espaço-visual.



Deste modo, a importância de um intérprete de Libras ou cuidador em sala de aula como ferramenta de inclusão e auxílio de ensino do surdo e deficiente auditiva, notória e vasta importância, pois o mesmo capacitado na intermediação da alfabetização tem sua parte essencial no processo de ensino e alfabetização. O intérprete vem como forma de garantir a lei e acessibilidade as pessoas com deficiência auditiva, com isso ajudar professores em sala regulares no processo sociabilidade dos mesmos (MARQUES., et al, 2013).



CAPÍTULO III

AUDIÇÃO.

A audição entre os sentidos é responsável e que possibilita a captura de sons nos indivíduos. No ser humano este sentido é o primeiro a ser desenvolvido nele que vai surgir as felicitações e desenvolvimento dos demais, mesmo antes do nascimento, já que ainda dentro do ventre da sua mãe tem contato com os sons do mundo, a criança já percebe tudo que está a sua volta, e através dos sons que criança conseguir assimilar o seu convívio.

A audição é de grande relevância para o desenvolvimento do ser humano em todos os aspectos, ajudando na comunicação, na compreensão, no relacionamento social e nas manifestações de sentimento e necessidades, mas vale ressaltar que audição tem sua importância em vários aspectos, mas não é limitrofe, e nem impede aos seres humanos a que não possuem de se comunicar e de conviver - se socialmente.

Quando uma pessoa tem a incapacidade de capturar sons, ou seja, não ouve, pode-se dizer que esta pessoa tem uma deficiência auditiva, caracterizada com Surdez ou indivíduo com limitações auditivas, pois o aparelho auditivo está sintomatizado patologicamente por fatores externos ou internos

A deficiência auditiva tem a caracterização da seguinte forma: neste preposto pela a limitação auditiva é quando acontece a diminuição da capacidade de se capturar nos parâmetros normal os sons, e como pode-se falar que o indivíduo é Surdo? É quando a audição não é totalmente funcional no viver em suas convivências diárias, e parcial surdo, aquele cuja o sentido audição, ainda que deficiente e limitante, é funcional com ou sem ajuda da utilização de aparelhos auditivos. (BRASIL, 1997, p. 31).

A deficiência auditiva tem a presença de alguns tipos principais de problemas relacionando ao aparelho auditivo, como a deficiência em transmitir ou condução e também com problemas na síntese da neurosensorial. A surdez de transmissão ela é caracterizada pela a lesão no ouvido externo ou médio, causando parcialmente pela perda da audição. Já a surdez de característica neurosensorial afeta especificamente o ouvido interno e os nervos auditivos, causando a perda da captação do volume sonoro e causando distorções nos sons. Em virtude da alta complexidade da estrutura do ouvido, podem ter variáveis razões da perda auditiva. Basicamente, são classificadas como condutivas ou sensorio-neurais.

A surdez com a deficiência que especificamente aquela que tem a redução na intensidade do som e também no alcance do som pelo ouvido interno. O problema que é o causador da surdez condutiva tem sua localização no ouvido externo ou médio e interfere-se na

capacidade de condução sonora. Uma perda sensório-neural ou da percepção é causada por problemas do ouvido interno ou do nervo auditivo, que transmite o impulso ao cérebro; neste caso as implicações são mais complexas e podem afetar outras funções [...]. (GORGATTI; COSTA, 2008, p. 39)

Uma pessoa que possui deficiência auditiva tem uma certa dificuldade em adaptação no ambiente em que convive, já que em determinada vez por causa de sua limitação não consegue se fazer entender ou ser entendido, tornando assim uma pessoa com dificuldade em ser paciente e ansiosa. Este tipo de surdez em geral não há cura, ou seja, o seu aparelho está totalmente comprometido, deste modo é irreversível.

3.1 Principais causas da Deficiência Auditiva.

A diferença de Surdo e deficiente auditivo, foi falado no decorrer deste trabalho, sendo que ambos podem usar a Libras como forma de comunicação e usar cuidadores e intérpretes em seu processo de ensino, haja vista que o direito do deficiente auditivo escolher sua forma de comunicação, ou seja, sua língua mãe. Já as causas da perda auditiva nem sempre são identificadas, sendo que existem vários fatores que podem levar a essa perda. De acordo com Brasil (1997, p.33-34) destaca-se:

- a) Causas pré-natais: A criança adquire a surdez através da mãe, no período de gestação, decorrentes de desordens genéticas ou hereditárias, relativas à consanguinidade, relativas ao fator Rh, relativas a doenças infecto-contagiosas, como rubéola, sífilis, citomegalovirus, toxicoplasmose, herpes, remédios ototóxicos, drogas, alcoolismo materno, desnutrição, subnutrição, carências alimentares, pressão alta, diabetes, exposição a radiação e outros.
- b) Causas peri-natais: A criança fica surda, porque surgem problemas no parto, como pré-maturidade, pós maturidade, anóxia, fórceps, infecção hospitalar e outras.
- c) Causas pós-natais: A criança fica surda, porque surgem problemas após seu nascimento, meningite, remédios ototóxicos em excesso, ou sem orientação médica, sífilis adquirida, sarampo, caxumba, exposição continua a ruídos ou sons muito alto, traumatismo craniano e outros.

A perda da capacidade da audição pode ser caracterizada e diagnosticada de leve, a severas ou profundas. Na perda de audição leve a pessoa tem especificidades parecidas como de uma pessoa com a audição quase perfeita. No caso da perda de audição severa ou profunda o indivíduo apresenta limitações na sua comunicação verbal tendo dificuldades em conversas e diálogos longos, bem como no desenvolvimento da sua linguagem, acarretando desta forma prejuízos nas áreas social, educacional e ocupacional.

Neste sentido é importante conhecer a classificação que existe para deficiência auditiva que tem sua medida por decibéis. Sendo uma pessoa Surdo para ser considerada deficiente de seu aparelho auditiva tem que estar em um nível limitante de audição que vai de 25 decibéis a 90 decibéis, sendo assim denominada e considerada essa deficiência leve, moderada, acentuada, severa e grave. Quando a pessoa tiver um nível superior a 91 decibéis é caracterizada de deficiência auditiva profunda.

Para que haja uma diminuição de incidência de casos de deficiência de ouvido auditiva faz-se necessário estratégias de prevenção. Que atualmente existem três categorias de prevenção: a primária, onde são feitos os exames pré-nupciais e hoje também admissão de trabalho, os pré-natais em bebês e as campanhas de vacinação para as jovens contra a patologia que causa surdez a rubéola e para as crianças contra sarampo, meningite e caxumba e também palestras orientando às mães dos riscos e em casos de suspeitas destas doenças deve-se notificar com caráter de urgência.

A prevenção secundária é aquela onde são realizadas ações na área da saúde e na área educacional para amenizar as consequências da surdez como diagnósticos, atendimento fonoaudiólogo, a colocação de prótese auditiva e o atendimento através do Programa de Estimulação Precoce para crianças de zero a três anos. E há também a prevenção terciária que restringe a pessoa em seu desempenho e faz com que ela participe do atendimento da Educação Especial (QUADROS, 2004)

Nesta perspectiva há uma importância para se falar, dos meios que causam, mas problemas na audição que são hoje os fatores externos, que atinge hoje jovens e adultos, são eles acidentes, patologias e o principal causador da atualidade que está relacionado com as tecnologias e globalização são os fones de ouvidos que são usados em volume altos, segunda associação de Surdos de São Paulo eles são líderes em causar otites nos jovens e problemas nos tímpanos.

Por isso a necessidade de se conscientizar os mesmos sobre o uso adequado e como também higienização do mesmo, e alertá-los sobre os problemas que causa é de suma importância para nível de conhecimento e a escola tem esse papel, junto com programa saúde na escola podem trabalhar nessas áreas de alertas, buscar entender e se buscar aprender sobre este tema é de grande valia na forma de prevenção.

O intuito é diminuir a incidências de Surdez, já que existe uma grande prevalência desta deficiência onde segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, 9,8 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, o que representa



5,2% da população brasileira. Deste total 2,6 milhões são surdos e 7,2 milhões apresentam grande dificuldade para ouvir.

Com isso a importância de combate da surdez externa, que são ainda capazes de ser combatidas a escola, sociedade e a saúde devem trabalhar unificadas com o intuito de dar sim importância e aprofundamento desse tema, não aqui extinguir o surdo e sua cultura, mas sim extirpar patologias as quais causam malefícios ao indivíduo. Deste modo proporcionar informações necessárias de conscientização

CAPÍTULO IV

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA.

A família tem um papel de grande relevância no processo de inclusão, pois, é de suma importância que ela prepare seu filho para viver fora dos laços familiares e faça um acompanhamento no seu processo de alfabetização, já que um este processo deve ser feito de modo eletivo e gradualmente respeitando a individualidade de cada aluno, a fim de evitar futuros traumas e possa alcançar uma comunicação total

Desta forma Sasaki (1997) expressou – se da seguinte forma:

O a aluno surdo ou com deficiência auditiva que compromete a sua oralidade precisa – se do apoio familiar para ter-se resultados satisfatórios nos seus processos de ensino e aprendizagem.

Desta forma a família deve aprender junto com aluno, para que o mesmo possa se relacionar e melhorar sua qualidade de vida de ambos, a família deve alinhar-se junto com a escola, para que esse aluno possa sentir seguro e se alto incentivar a aprender, e buscar a forças nos pilares de exemplo é essencial.

Nesta perspectiva o contexto familiar está ligado diretamente com contexto familiar, a necessidade de a família ser presente na vida do aluno com deficiência auditiva e sim de modo geral. A família e escola tem um papel muito delicado em ensinar alunos com tal deficiência e esse processo deve ser feito de forma afetiva.

Quadros (2013) da seguinte forma:

Quando a família não faz parte da vida escolar do aluno surdez e ou deficiência auditiva o processo de desenvolvimento desse aluno é comprometido, a comunicação se torna inativa, tornando o aluno incomunicável, já que, o oralismo não existe.

Apesar de toda insegurança que a família possa sentir, o ambiente da escola regular propiciará a criança com necessidades especiais, condições de resolver problemas, interagir com as crianças consideradas “normais” em situações de sala de aula, intervalos, sem superproteção diferentemente da escola especial, cabe a família trabalhar junto com escola a fim de se ter essa situação com resultados positivos.

A constituição afirma que educação é direito de todos (inclusive da criança com necessidade educacionais especiais) e responsabilidade da família e do estado, a família é a base para a criança, como nos fala Vygotsky o primeiro contato da criança com a sociedade, onde estabelece suas primeiras interações com a cultura, com a linguagem é no seio família, e o ser para ele, é um produto do estímulo externo.



No processo de inclusão da criança na escola e conseqüentemente na sociedade é muito importante a união da família e um pensamento coletivo que vise o sucesso dessa inclusão. Aos pais é necessário tratar a criança com necessidades especiais da maneira mais normal possível, permitindo que a mesma se desenvolva de maneira natural por meio dos estímulos, amadurecendo e criando responsabilidades com noções de direitos e deveres do que é certo e do que é errado dentro da sociedade, e essas noções irá formá-lo como cidadão e indivíduo.

Deste modo aos pais cabe confiar nas possibilidades de seus filhos e aos professores cabe adaptar o currículo para propiciar ao aluno com necessidades especiais condições de desenvolver habilidades e competências para lidar com as situações cotidianas, superar suas limitações para que construam autonomia possibilitando a eles condições de serem inseridos na sociedade de maneira plena. O s currículos da escola deve ser adaptado de acordo com a necessidades de cada aluno e individualidades, pois seu avanço dependera de como a escola e família tratara sua limitação.

Além do mais a convivência e interação entre alunos regulares e alunos com necessidades especiais, estimulará o respeito às diferenças, solidariedade, igualdade e justiça. A família cabe à renovação da mente compreendendo que a criança especial pode não ser aquela que ela planejou e idealizou, porém, a nova realidade não impede a família de se realizar nas conquistas do pequeno ente querido alegrando-se com cada nova habilidade que a criança desenvolveu, facilitando seu processo de ensino, proporcionando um melhor aprendizado.

Contudo, houve um grande avanço na educação da pessoa com deficiência e, principalmente, da educação do aluno com surdez ao longo dos tempos, desde a sua história educacional. Isso aconteceu, devido aos direitos dos deficientes, que avançaram na medida em que foi garantida à sua educação.

Mas foi somente a partir da promulgação dos documentos internacionais resultantes de determinantes históricos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Jontien (1990) a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Guatemala (1999), que os surdos passaram a ser considerados como pessoas, dignas de receberem uma educação de qualidade, de acordo, com que “supõe” o Paradigma de Suportes e os próprios princípios da educação inclusiva garantidos por essas declarações.

Sendo assim é de grande importância a presença da família do aluno com surdez ou com deficiência auditiva, a fim de tornar e garantir a este indivíduo integrado a sociedade, para que possa ter todos seus direitos garantidos e lutar por novas conquistas.



4.1 Obstáculos que Surgem na Implementação da Inclusão.

A inclusão no âmbito educacional é um processo e sistema que tem e precisa de uma ampliação e participação de todos os estudantes, família, professores e equipe pedagógica, a mesma deve-se ter uma abordagem humanística, onde se percebe que todo aluno seja capaz de aprender e entender, que se tem a necessidade e obrigação de respeitar as diferenças e celebrá-las, é uma dinamização que está em processo de transformação e na busca de aceitação e não deve ser restrito e com limitações por problemas que surgem que pode acarretar dificuldades enfrentados em sua execução e inserção.

Nesta perspectiva trazendo para o contexto atual o ingresso de alunos com limitações físicas ou mental nas escolas de ensino regular vem tendo uma alta incidência significativamente, mas, todavia, as mesmas em muitas vezes não estão preparadas para receber estes alunos, os que o meio educacional passa por dificuldades em criar este processo inclusivo, os motivos podem ser citados são eles: falta de recursos que facilitem o processo de ensino aprendizagem, bem como a formação profissional dos educadores que muitas vezes não se encontra voltada para essa área o que dificulta na execução do seu trabalho. Deste modo as escolas acabam praticando a exclusão do que a inclusão.

Trazendo para vida do deficiente auditivo e Surdo, A importância de um cuidador ou intérprete de Libras em sala de aula como ferramenta de inclusão e auxílio de ensino do surdo, e notória e vasta importância, pois o mesmo capacitado na intermediação da alfabetização tem sua parte essencial no processo de ensino e alfabetização. O intérprete vem como forma de garantir a lei e acessibilidade as pessoas com deficiência auditiva, com isso ajudar professores em sala regulares no processo sociabilidade dos mesmos (MARQUES., et al, 2013).

Com o avanço do desenvolvimento mundial adquiriu-se uma maior aceitação da deficiência devido ao aparecimento de pensamento e novas mentalidades. Só que essas transformações acontecidas no processo de inclusão aconteceu de forma gradativamente, hoje, as crianças com deficiência frequentam e são asseguradas por direitos a estudar em escolas regulares, com todos seus aparatos legais, na maioria das vezes de maneira errada, mas acontece sim, e vivem como uma criança dita “normal”. No entanto, ainda se tem uma longa jornada a percorrer para que todas as crianças tenham em processo de inclusão e um melhor desempenho em sala de aula e assim consigam se desenvolver da melhor forma possível.

Neste contexto a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) publicada em 2008, traz a compreensão e permitindo uma reflexão de que a Educação Especial é uma área de ensino que realiza o atendimento educacional

especialidade tendo como orientação e quanto a sua utilização no processo de ensino aprendizagem como via também a disponibilidade de recursos e serviços a serem utilizados e realizada. Ela também permite que a Educação Especial deve ser ofertada de maneira inclusiva, nas diferentes modalidades de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que utiliza estratégias pedagógicas diferenciadas e fomentadas através do interesse da escola.

Alunos com Necessidades Educativas que precisa de atenção em escolas de ensino regular é uma realidade da qual não se pode fugir, e que casos como esses estão sendo, mas frequentes, e por isso um planejamento, metodologia, escolha e formação de conteúdos e meios de avaliação são dificuldades que muitos professores encontram para promover uma aprendizagem com uma realidade significativa para os indivíduos com deficiências ou limitações, a falta de formação e especialização dos profissionais torna a adoção e existência de recursos pedagógicos adaptados ineficiente prejudicando o processo de ensino e aprendizagem, a Educação Inclusiva é um desafio a ser enfrentado diariamente pelos profissionais da Educação e sua aplicação ainda tem barreiras a serem enfrentadas.

Guimarães e Galvão Filho (2012, p. 21) nos ajudam nessa direção quando afirmam que:

Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula.

Para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiência em escolas de ensino regular se faz necessário que essas escolas estejam preparadas para recebê-las e tenha espaço adequado para elas, é necessário também ter conhecimentos acerca das possibilidades de aprendizagem que elas possuem, adequando o currículo para as necessidades dos alunos, incluindo-os ao meu de aprendizagem. Os portadores de necessidades especiais são assegurados pela constituição federal, que lhes dá direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas.

Contudo, sabe-se que não há capacitação dos professores para receberem alunos com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, de fato a qualidade de ensino no âmbito da educação especial é precária e insatisfatória, faltam recursos que possibilitem ao docente apoio necessário, sabendo-se que a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno.

Segundo MEC (2006), O princípio fundamental que rege as escolas integradoras consiste que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Que as escolas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; como também adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem de cada aluno, assegurar um ensino de qualidade a todos, assim como atender às contínuas necessidades especiais que surgem na escola.

Partindo desta explanação deste capítulo o mesmo teve o objetivo de colocar em evidência os desafios e dificuldades enfrentados por professores das escolas da rede pública de ensino para atender alunos com necessidades educacionais especiais inseridos em escolas de ensino regular, visando o desenvolvimento no processo de construção da aprendizagem dos alunos com deficiência.

4.2 A inclusão da Libras na vida do Surdo e Deficiente Auditivo.

A importância de um intérprete de Libras em sala de aula como ferramenta de inclusão e auxílio de ensino do surdo, é notória e vasta importância, pois o mesmo capacitado na intermediação da alfabetização tem sua parte essencial no processo de ensino e alfabetização. O intérprete vem como forma de garantir a lei e acessibilidade as pessoas com deficiência auditiva, com isso ajudar professores em sala regulares no processo sociabilidade dos mesmos (MARQUES., et al, 2013).

A Língua de sinais precisa necessariamente de professores e tutores de pessoas surdas nas capacidades e em uma formação continuada nas escolas regulares até o ensino superior, pois a atuação do intérprete não é somente alfabetizar nas L1 e L2 junto com o professor, vai além disso já que o mesmo participa da socialização e muitas vezes é a primeira pessoa que o Surdo dialoga, então podemos dizer que atuação está centrada na intermediação social, educacional e psicossocial.

Já que é de conhecimento de todos que o processo de ensino e alfabetização do surdo, acontece com o professor e a presença de um intérprete de Libras em sala de aula, onde os mesmos estarão trabalhando em consonância para que o surdo possa se alfabetizar em Libras e em Língua portuguesa, segundo Dantas (2018) as metodologias de ensino estão se tornando muito tradicional e não acompanhando os avanços da tecnologia no âmbito educacional.

Com isso Hirata 2018 em seu estudo original abre uma discussão para que exista mas capacitação dos profissionais e não profissionais envolvidos na vida do surda , onde a autora, fala da necessidade de investir na formação formal do profissional tradutor e intérprete de língua



de sinais para que o mesmo promova a interação entre intérpretes e docentes no planejamento e na execução do trabalho pedagógico onde possa definir áreas de atuação para que estes profissionais possam aprofundar-se em termos específicos de cada área acadêmica em que realizarão a interpretação, bem como, propiciar ambientes bilíngues nos canais comunicativos disponíveis aos aluno surdo.

Deste modo a autora cita metodologias modernas e estratégias de ação a fim de melhorar o trabalho destes profissionais para que resultados possam ser alcançados em todas as modalidades de ensino, e que o aluno surdo possa compreender e participar de sua vida educacional onde possa se tornar crítico e fundamentar teorias e ao mesmo tempo seja atuante em seu crescimento social e participação de seus direitos básicos.

Agora em Tuxi (2009) a autora e seus colaboradores em sua pesquisa de embasamento metodológica quanti-quali, a mesma notou uma falha de sistema comum na educação, onde problemas na expansão e insuficiência lexical, metodologias antiga, não partição simultânea de ambos os profissionais. Onde as entrevistas foram criadas em 7 categorias. A autora ainda mostra sua insatisfação o impacto negativo que criara na vida dos alunos surdos e não surdos já que os mesmos participam também no processo de ensino dos Surdos.

Ainda em Tuxi (2009) a autora notou que o intérprete educacional diversifica de acordo com o nível educacional em que ele está inserido, o intérprete educacional e o professor regente quando atuam como co-docentes beneficiam o processo de ensino-aprendizagem da turma. Ainda concluiu da importância de todos trabalhando junto para que o processo de inclusão do aluno surdo obtenha êxito, é preciso que toda a escola participe de formações contínuas.

O intérprete educacional de áreas específicas necessita de uma formação necessária no nível que irar atuar, a fim de melhorar o processo de ensino em diferentes modalidades, cursos de formação diferenciados e, por fim, a urgência de políticas públicas que atentem para as peculiaridades de atuação do intérprete que atua no meio educacional.

Entretanto, pode-se notar do hoje, é que deve existir uma nova avaliação de currículos, a fim de melhorar a oferta da inclusão, no caso deste estudo a Inclusão da libra que não deve ser ofertada somente na escola que possui alunos com surdez, e sim em todas as escolas deve existir a Libras como disciplina presente em todas as modalidades de ensino, já que a mesma é segunda língua oficial do país.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo responder aos questionamentos supracitados no decorrer da construção desse trabalho, tendo como base A Dinamização da inclusão do deficiente auditivo e Surdo no âmbito educacional. Partindo dos dados obtidos constatou-se que a inclusão dos Surdos e Deficientes Auditivos, nas escolas, englobando alunos e profissionais, é uma área que precisa ter maior visibilidade nas formas de como esse trabalho do “como acontece e como deve acontecer esta inclusão do aluno com Surdez e Deficiência Auditiva?” É desenvolvido e no local onde esses profissionais desenvolve suas técnicas na forma educacional.

A importância da Inclusão da Libras na vida educacional do aluno surdo e alunos com limitação auditiva, se mostra ser importante quando o mesmo tem acesso a todos os níveis de ensino de forma gratuita, onde o mesmo consegue ter garantias de direitos, como intérprete em sala, alfabetização em duas línguas facilitação de comunicação com indivíduos sem conhecimento em Libras e entre outras, só que ainda Há muito a ser feito para que a Inclusão da Libras não se volte somente par aqueles com surdez, e sim para a sociedade simpatizante.

Neste sentido o estudo original de Pedroso et al (2011), que tinha como objetivo observar as mudanças que poderia acontecer com a inclusão de alunos surdos e deficiente auditivo em uma escola pública do ensino médio, onde se constatou que a presença dos alunos não mudou em nada nas atividades da sala, e sim teve resultados positivas onde se notou, que o professor capacitado em Libras, atuando como intérprete e auxiliador desses alunos, assume, em sala de aula, a função de professor e amigo. Além disso, observou-se que estratégias que o professor e alunos desenvolvidos pelos mesmos, possibilitaram aos surdos uma maior participação em sua vida educacional.

Com isso os objetivos do presente trabalho foram alcançados, onde se discutiu a dinâmica da inclusão dos Surdos e Deficiente Auditivo no Âmbito Educacional, a importância das relações familiar e escolar no processo de ensino onde se falou da dinâmica da libras em cada nível de forma individual e coletiva e ações e novas metodologias, a importância da inclusão social fez parte do corpo deste trabalho deixando de forma clara e objetivo a sua real função na mudança de um sistema que se preocupa somente em garantir a lei, se discutiu também as estratégias para o profissionais da educação e até mesmo do surdo e ouvintes, a fim de melhorar a convivência e estratégias de cunho global que melhore a educação de surdo a níveis nacionais.

Marques (2013), o autor em consonância com outros autores em seu estudo de revisão que tinha como objetivo estudos de fonte primária com intuito de mostrar quais metodologias devem ser adotadas a fim de melhorar a alfabetização de surdo, o autor chegou que estudos de Vygotsky sobre defectologia mostram sua importância no campo educacional, e ainda conclui que a inclusão da libras deve acontecer desde a educação infantil, e que alunos ouvintes devem aprender Libras como segunda língua oficial em suas matrizes curriculares, e assim contribuir para uma alfabetização inclusiva, já que hoje a falta de profissional capacitado ou até mesmo a presença de só um intérprete em sala somente para um aluno com surdez, não é suficiente para suprir a necessidade educacional e social destes alunos.

Nessa perspectiva, trazendo para o estudo de Capovilla et al (2004) de abordagem descritiva e exploratória de cunho observacional com alunos de 1º a 9º ano, o estudo tinha como objetivo avaliar a compreensão de sinais dos alunos, de que maneira esses alunos aprendiam com mais facilidade, com isso os autores concluíram que o processo de ensino e aprendizagem no ensino fundamental deve partir do aluno ouvinte, já que os resultados obtidos mostraram que os alunos aprendiam com mais facilidade os sinais de palavras que os mesmo escolhiam, assim contribuindo com interação de alunos surdos em sala.

Palavras dos autores, na realidade da escola no ensino fundamental em que foi elaborada o estudo, os autores perceberam que em salas de aulas com a presença de surdo, a Libras era focada somente nos alunos que possuía surdez, e deixando de incluir a Libras na vida de outros alunos no caso os ouvintes, é de suma importância a Libras na vida de alunos com deficiência auditiva ou não, com intuito de facilitar e melhorar a qualidade de vida de alunos que usam a Libras para se comunicar (CAPOVILLA et al, 2004).

Essa discussão pode promover e estimular os profissionais e estudantes da área atuantes, que buscam aprender o contexto educacional e social no qual estão inseridos, pois, ao relacionar suas vivências no trabalho com as transformações que vêm ocorrendo neste âmbito. É de suma importância conhecer a dinamização da inclusão dos alunos com Surdez nas escolas da rede pública, para se ter uma melhor compreensão em explorar, ofertar e criar estratégias de ensino não somente para Surdo, mas ao grupo que o rodeia. Com o principal objetivo em garantir a lei, alfabetizar e expandir conhecimentos para melhorar a vivência social e individual, criar um diálogo entre as diferentes esferas em buscar melhoras para a comunidade surda deve ser objetivo central.

A necessidade de conhecer a dinâmica da LIBRAS nas diferentes modalidades de ensino, é de suma importância para se montar estratégias de combate à não alfabetização dos alunos com Surdez, preconceito e meios afins de melhorar a educação e a qualidade de vida da



pessoa com surdez, nesse caso é necessário compreender a libras e como essa dinâmica deve ser incluída para que o processo de ensino aprendizagem seja feita de forma adequada para se ter um melhor aproveitamento e resultados positivos.

Estudos de revisão são de suma importância para analisar a busca de respostas para determinados problemas, pois torna possível trabalhar com vários estudos sobre o tema discutido de forma categórica, sistemática e ordenada, permitindo formar discussões sobre objetivos alcançados pelos autores em várias linhas de tempo e comparar os mesmos, e se tais respostas se divergem ou se os mesmos resultados são iguais sem influência da linha de tempo.

O intérprete educacional de áreas específicas necessita de uma formação necessária no nível de atuar, a fim de melhorar o processo de ensino em diferentes modalidades, cursos de formação diferenciados e, por fim, a urgência de políticas públicas que atentem para as peculiaridades de atuação do intérprete que atua no meio educacional.

Entretanto, pode-se notar do hoje, é que deve existir uma nova avaliação de currículos, a fim de melhorar a oferta da inclusão, no caso deste estudo a Inclusão da Libras que não deve ser ofertada somente na escola que possui alunos com surdez, e sim em todas as escolas deve existir a Libras como disciplina presente em todas as modalidades de ensino, já que a mesma é segunda língua oficial do país.

Diante desta situação pode se perceber que o professor ainda não está totalmente preparado para enfrentar as diversidades que aparecem no seu dia a dia. É necessário que ele tenha respaldo e qualificação adequada para que possa desempenhar o seu papel nesta nova realidade e assim colaborar de maneira eficaz para o ensino e aprendizagem do aluno surdo, desenvolvendo uma metodologia diferenciada, respeitando as competências individuais de cada um, favorecendo uma educação de qualidade.

Portanto, hoje o aluno com necessidades especiais que no passado era excluído do meio social e principalmente das escolas do sistema regular de ensino, com o movimento da inclusão terá condições de participar não só do convívio no setor educacional, mas também em todos os setores sociais sem nenhum ato discriminatório ou preconceituoso.

Assim com essa atitude e com esse comportamento se construirá uma sociedade solidária, consciente e preparada para conviver com todos os seres humanos, independentemente de suas diferenças, tornando de fato a inclusão uma realidade



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mel. **Tornar a escola inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?**. In: FÁVERO, Osmar et al. (Org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-23.

AINSCOW, Mel. **Tornar a escola inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?**. In: FÁVERO, Osmar et al. (Org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2002. p. 12-16.

ARMSTRONG, T. **Inteligências Múltiplas na sala de aula**. 2ª ed., Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

BRASIL. Constituição. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, Brasília, DF.

BRASIL. Constituição. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Brasília, DF.

BRASIL, **Secretaria de Educação Especial. A Educação dos surdos**. Organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: MEC/ SEESP, 1997.

CAPOVILLA, Fernando C. et al. **Avaliando Compreensão de Sinais da Libras em Escolares Surdos do Ensino Fundamental**. Interação em Psicologia, São Paulo - Sp, v. 2, n. 8, p.159-169, out. 2004.

CABRAL, R. M.; CÓRDULA, E. B. L. **Os desafios no processo de alfabetização de surdos**. Revista Educação Pública, Cecierj, Rio de Janeiro, v. 17, nº 5, 2017.

CORREIA, J. K. S.; CÓRDULA, E. B. L. **Desafios na comunicação da criança ouvinte filha de pais surdos**. Revista Educação Pública, Cecierj, Rio de Janeiro, v. 17, nº 3, 1999.

Clark, C., Dyson, A., Millward, A.J., & Skidmore, D. (1997). **New directions in special needs: innovations in mainstream schools**. London: Cassel.

Clark, C., Dyson, A., Millward, A.J., & Robson, S. (1999). **Theories of inclusion, theories of schools: deconstructing and reconstructing the “inclusive school”**. British Educational Research Journal, 25(2), 157-177.

DELGADO, Isabelle Cahino; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. **A construção do aprendiz surdo na perspectiva da alfabetização e do letramento**. In: FARIA, Maria de Brito; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. Desafios para uma nova escola: um olhar sobre o ensino-aprendizagem de surdos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011, p.65-108.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado. Pessoa com surdez**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

DANTAS, Gilmar da Cruz; BRAGA, Brenda Larissa de Oliveira; FERNANDE, Ana Paula Cunha dos Santos. **O ensino de Libras na EJA: reflexão e proposições**. Galoá Proceedings, Belém - Pa, v. 6, n. 6, p.100-114, maio 2018. Anual.

DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Florianópolis. Centro de filosofia e ciências humanas. Programa de pós-graduação em psicologia. Florianópolis:UFSC, 2005.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Série Atualidades Pedagógicas)**. In: Brasil, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1997.

FELIPE, Tânia A. **Introdução à Gramática da LIBRAS (Série Atualidades Pedagógicas)**. In: Brasil, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1997.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. **Inclusão: um panorama maior**. In: MANTOAN, M.T.E. et al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

Farrell, P. (2006). **Developing inclusive practice. Are educational psychologists part of the problem or part of the solution?** *European Journal of Psychology of Education*, XXI(3), 293-304.

FEEI (2006). **Promoção de educação inclusiva em Portugal**. Recuperado em 2007, Março, de <http://www.fmh.utl.pt/feei>.

Felgueiras, I. (1994). **As crianças com necessidades educativas especiais**. *Como as educar?* *Inovação*, 7(1), 23-35.

Fisher, D., Roach, V., & Frey, N. (2002). **Examining the general programmatic benefits of inclusive schools**. *International Journal of Inclusive Education*, 6(1), 63-78.

Florian, L. (1998). **Inclusive practice: what, why and how?** In C. Tilstone, L. Florian, & R. Rose (Eds.), *Promoting inclusive practice* (pp. 13-26). London: Routledge.

Forlin, C., Douglas, G., & Hattie, J. (1996). **Inclusive practices: how accepting are the teachers?** *International Journal of Disability, Development and Education*, 43(2), 119-133.

Forlin, C. (2006). **Inclusive Education in Australia Ten Years after Salamanca**. *European Journal of Psychology of Education*, XXI(3), 265-277.

Freire, S., & César, M. (2002). **Evolution of the Portuguese special education system. A deaf child's life in a regular school: is it possible to have hope?**. *Educational and Child Psychology*, 19(2), 76-96.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.



HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas, UNICAMP/MEC, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUZ, Renato Dente. **Cenas Surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013. 192p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Hivi de Castro Ruiz; BARROCO, Sonia Mari Shima; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. **O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil para Crianças Ouvintes e Surdas: Considerações com Base na Psicologia Histórico-Cultural**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília Sp, v. 19, n. 4, p.505-518, out. 2013. Semestral.

MENDES, L. N. et al. Estudos de Revisão. **Rev. De epidemiologia e controle de infecção**. V. 5, n. 3, pag. 01–05. 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MÜLLER, Antônio José (Org.) et al. **Metodologia científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras**. Diálogos & Saberes, Mandaguari, v. 8, n 1, p.93-108, 2012.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **Inclusão de alunos surdos no ensino médio: organização do ensino como objeto de análise**. Nuances: Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente, Sp, v. 19, n. 20, p.134-154, maio de 2011. Semestral.

QUADROS, Ronice Müller de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista, Florianópolis, n 5, p. 81-111, 2003.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas**. In: MENDES, É. G. ; ALMEIDA, M. A. ; WILLIAMS, L. C. A. (orgs). Temas em Educação especial IV. São Carlos: EdUFSCar, 2004. p.55-61.

RODRIGUES, Z. F. Educação. **Histórico da educação dos surdos**, Feneis, [S.L], 2012 Disponível em: http://www.feneis.com.br/page/noticias_detalhe.asp?categ=1&cod=621 Acesso em: 15 mar. 2013.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2v.: il.(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SÃO PAULO (Estado). A Resolução SE nº. 95 de 21 de novembro de 2000 que dispõe sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências corretas. Disponível em: <http://lise.edunet.sp.gov.br/paglei/resoluções/95_2000.htm>. Acesso: 1 mar. 2007.

_____. A Lei Estadual nº 10.958 de 27 de novembro de 2001 fica reconhecida oficialmente a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e os demais recursos de expressão a ela associada como Meio de Comunicação objetiva e de uso corrente da Comunidade Surda. Disponível em: <<http://www.feneis.org.br>> Acesso em: 10 ago.2006.

_____. Lei nº. 10.383/1999 que Institui o Dia do Surdo a ser Comemorado no Estado de São Paulo, anualmente no último domingo de Setembro, preservando e respeitando sua cultura, conhecida como a “A Cultura da Comunidade Surda”. Disponível em: <<http://www.feneis.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

_____. Deliberação do Conselho Estadual de Educação da CEE nº. 68/2007 e indicação CEE nº 70/2007 CEB publicadas no DOE de 19/7/2007 – Normas para a Educação Especial Disponível em: <http://lise.edunet.sp.gov.br/paglei/resoluções/95_2000.htm>. Acesso: 1 mar. 2007.

SANTOS, Luciene; FESTA, Priscila Soares. **A relação do intérprete de Libras é o aluno surdo: um estudo de caso**. Revista Ensaios Pedagógicos, Faculdades OPET, n 7, jan.- jun.2014.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; FREITAS, Marcos Cesar. **Escolarização, trabalho e sociabilidade em “situação de risco”: apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza**. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 17-45.

SILVA, A. P.; CÓRDULA, E. B. L. **Desafios e possibilidades no processo de avaliação do(a) aluno(a) surdo(a)**. Revista Educação Pública, Cecierj, Rio de Janeiro, v. 17, nº 7, 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Madri: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2019.

XAVIER, André Nogueira; VIOTTI, Evani. **Contribuições da linguística teórica para a educação de surdos: primeiros passos rumo à descrição da estrutura fonológica da língua de Sinais Brasileira**. In: FARIA, Maria de Brito; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. Desafios para uma nova escola: um olhar sobre o ensino-aprendizagem de surdos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011, p. 13-48.

SOBRE OS AUTORES (AS)

Celiana Lima da Silva:

cellyanan1988@gmail.com

Ouricuriense (PE). Filha de Lourival Medeiros de Lima (pedreiro) e Marinez da Silva Lima (auxiliar de almoxarifado). Mestranda PROFEI-UEMA, Graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina- FAFOPA (2007-2010), Graduação em Letras-Libras, Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. Especialização em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão pela Universidade Cândido Mendes, especialização em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS pelo Centro de Ensino Superior Múltiplo-CESM e Especialização em Ciências da Natureza, Suas Tecnologias e Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí-UFPI (2022). Atualmente é Professora/Intérprete de Libras- SEDUC-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- MARANHÃO (2016 até presente data), porém já atuou como Tradutora/Intérprete de Libras no Instituto Federal do Maranhão IFMA-Bacabal-MA (2018/2019), Instituto Federal de Pernambuco – IFSERTÃO.

Kaio Germano Sousa da Silva;

kaiogsds@hotmail.com

De Caxias Maranhão, terra do ilustre Gonçalves Dias, filho de professores, lavradores e quebradeiras e coco babaçu. Fanático pelo mundo de fantasias, romances, suspenses e drama, desde de criança imaginava - se ser um grande aventureiro, tem como inspirações Maria Firmina dos Reis, J.K Rowling, Clarisse Lispector, Gonçalves Dias, George R. R. Martin, C. S. Lewis e entre outros. Mestre e Doutorando pelo Programa de pós-graduação em Alimentos e Nutrição – PPGAN/ UFPI; Possui graduação em Nutrição pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão (2017), graduação em Licenciatura em Letras - Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022), graduação em Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário ETEP (2022), graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário ETEP (2022), graduação em Bacharel em Teologia Livre pela Faculdade e Seminário Teológico Nacional (2018). Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Desenvolvimento de produtos e Ciências dos Alimentos e Educação Especial e Ensino de Metodologias ativas e científicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Libras, Surdo, Inclusão, coco babaçu, doenças in- amatórias e Vignas. Autor do livro “Meu babaçu de cada dia”, mais de 20 capítulos de livros publicados e vários poemas expostos em antologias nacionais e internacionais. Membro imortal da Academia Internacional de Literatura Brasileira (AILB) e Membro correspondente da Academia Inclusiva de Autores Brasileiros (AIAB).

Vera Lucia Oliveira dos Santos

vlosantosjjj@gmail.com

Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Piauí (2011), e em Letras Libras pela Universidade Estadual Federal do Piauí (2018). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Especial pela Faculdade Latino Americano FLATED. Atuo como professora efetiva na rede estadual do Piauí como professora de ensino médio desde 2018 e rede municipal de ensino da cidade de Campo Largo Piauí desde 2009.



Atualmente sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - PROFEI, pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

Michelle Kellen Ramos Brito Jardim

michellebjardim@gmail.com

Sou licenciada em pedagogia, graduada pelo UNICEUMA. Sou Licenciada em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, possuo especialização em: Educação Especial Inclusiva pela Uniasselvi, possuo especialização em Libras pela Faculdade Cândido Mendes, Possuo especialização em Atendimento Educacional Especializado - AEE pela Faculdade Cândido Mendes, Possuo especialização em Gestão Educacional Escolar pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Sou professora instrutora de Libras na Rede Estadual de Ensino do Maranhão, sou professora de educação especial no município de Rosário -MA, sou professora no Programa Ensinar da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, disciplina Libras. Mestranda em Educação Especial - Programa PROFEI/UEMA.

Siarla Danielle Andrade Sousa

danysiarla@gmail.com

Graduada em Pedagogia e Letras Espanhol, pela Universidade Estadual do Piauí, especialista em psicopedagogia clínica e institucional, análise do Comportamento aplicada ao autismo, Atendimento Educacional Especializado, mestranda em educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão.

Jeane Evangelista Alves Miranda

[nanemiranda @hotmail.com](mailto:nanemiranda@hotmail.com)

Pedagoga, psicopedagoga e mestranda em Educação Especial e Inclusiva. Professora da rede pública, atua na educação infantil em zona rural. Possui experiência em inclusão escolar, adaptação de materiais pedagógicos e formação docente.

Larissa Rayane Eulálio De Araújo

larissarayane791@gmail.com

Mestranda em Educação Inclusa. Especialista em Tradutor e Intérprete de Libras. Graduada em Letras Libras. Atuo no Senac e Uniasselvi desde 2019.

